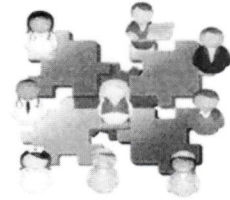




SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



É POR  
VOCÊ  
QUE A  
GENTE  
FAZ



## COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

### RESUMO EXECUTIVO DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2022 DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR SÃO PATRÍCIO II

Barro Alto - GO, 10 de novembro de 2022

#### **PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA CIR:**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Ivone Tristão – coordenadora geral da Regional SP II; Wilson Portilho da Cunha Júnior – coordenador regional de Regulação; Andreia Matias – subcoordenadora regional de Atenção à Saúde; Jackeline Moraes – 1ª secretária-executiva da CIR SP II; Silvânia da Fonseca – coordenadora regional de Atenção à Saúde; Maria Solange de Oliveira Sanção – gerente de Regulação de Internações/SCRS; Magda Lúcia Reges da Silva Barros – coordenadora de Apoio Regional/SAIS; Flávia Cassemiro de Brito L. Morais – coordenadora de Apoio Técnico Regional/SESG; Sandra Maria Belmonte Pereira – coordenadora de EPS da Regional Pireneus.

**COSEMS:** Reginaldo Martins de Sousa – apoiador.

**SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE:** Adriana Alves Borges P. Silveira – Barro Alto (presencial); Vilmar de Jesus – Padre Bernardo (presencial); Géssica Mendonça – Santa Rita do Novo Destino (virtual); Darcimeire Fernandes – Itaguaru (virtual); Gilson Tavares de Souza – Mimoso de Goiás (virtual).

**SERVIDORES MUNICIPAIS:** Thallita de Freitas – Vigilância em Saúde de Goianésia; Erasmo Alves de Castro – técnico da SMS de Mimoso de Goiás; Élide Arruda – superintendente executiva da Saúde de Jaraguá; Danielly Portes Cordeiro – coordenadora de Planejamento da SMS de Goianésia; Ramirane R. Silva – auxiliar administrativo/SMS Barro Alto; Tainara Cristina S. Teixeira – assessora técnica de Vigilância Sanitária/SMS Barro Alto; Renata L. Almeida – enfermeira/SMS Barro Alto; Mábia Aparecida Lima – enfermeira/SMS Barro Alto; Larissa Kelly da Silva – enfermeira/SMS Barro Alto; ; Jefferson Silva Gomes – coordenador de Atenção Básica/SMS Barro Alto; Adriana Rodrigues – enfermeira/SMS Barro Alto; Edna Gomes da Silva – técnica de Enfermagem/SMS Barro Alto; Antônia R. Costa – técnica de Enfermagem/SMS Barro Alto; Lindomar R. Costa - digitador/SMS Barro Alto; Nayara Gonçalves do Nascimento – técnica em Segurança do Trabalho/SMS Barro Alto; Julyana de Torros – digitadora da Atenção Básica/Barro Alto; Suellen Farias – coordenadora do SAMU/Barro Alto; Kellen Lopes – coordenadora de Enfermagem/SMS Barro Alto; Conceição Amado – coordenadora de Atenção Básica/SMS Padre Bernardo; Karine Ataides Andrade – coordenadora de Regulação de Itaguaru.

#### **1. ABERTURA DOS TRABALHOS:**

- A abertura dos trabalhos foi feita pela vice-coordenadora da CIR SP II, Ivone Tristão, pois a coordenadora da CIR não pode comparecer.

#### **2. APROVAÇÃO DO RESUMO EXECUTIVO DA REUNIÃO ANTERIOR:**

- Aprovação do Resumo Executivo da Reunião Ordinária do dia 08/09/22. Aprovado.

#### **3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:**

##### **3.1. Nota Técnica nº 2/2022/SES/GERCE: Planejamento Familiar e Documentação obrigatória para autorização de esterilização cirúrgica no âmbito estadual.**

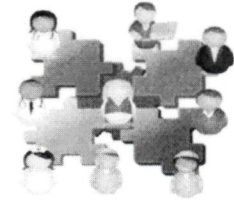
O coordenador regional de Regulação, Wilson Portilho, disse que a Nota Técnica nº 2/2022 trata da mudança da Lei de Planejamento Familiar nº 9.263/96, alterada pela Lei 14.443/2022. Ele explicou que foram definidas novas regras para laqueadura e vasectomia, dentre elas: a diminuição da idade mínima para homens e mulheres de 25 para 21 anos, sendo que essa idade mínima não é exigida para quem tem dois filhos vivos; a não exigência do consentimento expresso de ambos os cônjuges para a esterilização; a contemplação da mulher que deseja fazer a esterilização durante o parto, sendo mantido o prazo de 60 dias da manifestação da vontade do ato cirúrgico. Wilson reforçou também que a documentação do planejamento familiar, já exigida na lei anterior, foi mantida. Ele



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



É POR  
VOCÊ  
QUE A  
GENTE  
FAZ



## COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

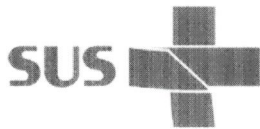
informou ainda que toda documentação a respeito do assunto havia sido enviada aos gestores e coordenadores de Regulação dos municípios e se colocou à disposição em caso de dúvidas. Ivone Tristão destacou que a nota técnica trata da regulação e trâmites para esterilização na Rede Estadual e disse que município que for encaminhar pacientes para realizar esse tipo de procedimento na Rede Estadual deve seguir o protocolo estabelecido.

### 3.2. PEEPS.

A coordenadora de Apoio Técnico Regional da Escola de Saúde, Flávia Cassemiro, disse que a Superintendência da Escola de Saúde tem realizado oficinas para criação do Plano de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) 2023-2026, com participação das regionais. A coordenadora de Educação Permanente em Saúde (EPS) da Regional Pireneus, Sandra Maria Belmonte, fez a apresentação do processo. Disse que o Plano será executado pela Superintendência da Escola de Saúde com o objetivo de estruturar as orientações relacionadas à Educação Permanente e às necessidades dos profissionais do SUS que atuam nos municípios, detectar problemas e propor soluções. Disse também que o PEEPS será reavaliado anualmente ou quando necessário. Segundo a coordenadora de EPS, a apresentação do assunto em CIR objetivava disponibilizar aos gestores o conhecimento já construído para que pudessem colaborar no processo. Sandra ressaltou que trata-se de um plano estadual sob visão macrorregional e falou sobre o histórico de construção do PEEPS, passando pelo Sistema de Informação de dados municipais (SPRI) para o Planejamento Regional Integrado (PRI) e as Análises de Situação de Saúde Regional e Macrorregional. Sandra explicou que o processo do PRI e os problemas levantados foram considerados para projetar as ações de Educação Permanente em conformidade com essas questões. Ela falou também sobre os macroproblemas da Região Centro Norte, objetivos e metas relacionadas a cada um: subnotificação de agravos de notificação compulsória; baixa resolutividade na Atenção Primária e consequente utilização maior de recursos na Média e Alta Complexidade; dificuldade de acesso aos dispositivos de Urgência e Emergência, deficiência na transparência, fluxos e regulação; déficit de pontos da Rede de Atenção Psicossocial; e diagnóstico tardio de doenças cardiorrespiratórias. Sandra solicitou ainda que os gestores enviassem suas sugestões até 16/11.

### 3.3. Dificuldade para agendar retornos e falta de regularidade no atendimento de especialidades na Policlínica.

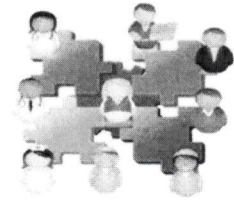
A secretária de Saúde de Itaguaru, Darcimeire Fernandes, disse que o município tem tido dificuldade para agendar os retornos de pacientes na Policlínica e inclusive para falar por telefone na unidade. Citou o caso de um paciente com sonda, para o qual não estavam conseguindo agendar o retorno, que provavelmente ocorreria somente em dezembro. Darcimeire falou também que falta regularidade no atendimento de algumas especialidades, como Urologia. Segundo ela, foi informada que há um urologista para atender toda a demanda e que esse profissional atende somente uma vez ao mês. Darcimeire ressaltou que o número de profissionais parece estar insuficiente para a demanda, gerando perdas de viagem à Policlínica. A secretária de saúde disse que o município tem contratado especialidades, como cardiologia e ortopedia, para desafogar a regulação, devido à dificuldade de vagas na Policlínica, e propôs que a situação fosse verificada para busca de soluções. A coordenadora de Regulação de Itaguaru, Karine Ataiades, destacou que os retornos estão sendo agendados até cinco meses após a consulta, a ponto de os exames vencerem e os pacientes terem que refazê-los. Disse que às vezes tenta ligar o dia todo na Policlínica e não consegue falar, manda mensagem pelo WhatsApp e espera até quinze dias para obter resposta. Acrescentou que exames com data marcada para entrega ficam prontos até quinze dias depois e disse há muita dificuldade para retirada, como a negativa de entrega ao motorista do município. Karine citou que, na semana anterior, o município perdeu viagem com três pacientes que tinham consulta, pois o profissional não compareceu. Nesses casos, ressaltou que o município precisa lançar novamente no sistema, pois a CRE não aceita a ficha vencida. A coordenadora de Apoio Regional/SAIS, Magda Lúcia, informou que o gerente responsável não pôde participar da reunião. Reforçou a importância de as pautas serem encaminhadas com antecedência, o que facilita uma resposta mais rápida por parte da SES, e acrescentou que as questões apresentadas seriam levadas aos responsáveis para resposta na próxima reunião da CIR. Ivone Tristão disse que seria interessante que os outros gestores também se manifestassem, caso estivessem enfrentando situações semelhantes. A secretária de Santa Rita do Novo Destino, Gêssica Mendonça, disse que a Policlínica não realiza alguns procedimentos solicitados na ficha dos pacientes. Karine Ataiades disse que Itaguaru passou por situações semelhantes de liberação pela CRE de procedimentos que não são realizados na Policlínica, como exemplo, a tomografia com contraste. Passado o período de início do atendimento e adaptação, a secretária de Barro Alto, Adriana Alves, disse que acredita que a Policlínica já tem condições de oferecer os serviços com mais sintonia, junto com a gestão local e o Governo.



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



É POR  
VOCÊ  
QUE A  
GENTE  
FAZ



## COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

### **3.4. Solicitação de esclarecimento a respeito da regulação de pacientes de ortopedia de urgência no Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN) em Uruaçu.**

Representando a secretária de saúde de Goianésia, a coordenadora de Planejamento, Danielly Portes, disse que o município tem enfrentando dificuldades no HCN em relação a pacientes diagnosticados com fratura, considerados como urgência no Hospital Municipal de Goianésia e encaminhados para o Hospital Estadual do Centro-Norte. Danielly relatou que, após ser transportado pelo SAMU ou sanitária, o paciente enfrenta grande demora no HCN, visto que, segundo ela, ao ser atendido, são solicitados novos exames na unidade, gerando uma espera de até três horas, e após avaliação do médico e encaminhamento para organizar a documentação, a equipe informa que o HCN entrará em contato no prazo de 10 a 15 dias para agendar o procedimento e o paciente retorna sem a realização da cirurgia. A coordenadora ressaltou que essa situação gera transtorno aos pacientes e ao município, pois o paciente enfrenta grande demora e a ambulância fica várias horas fora, dificultando o transporte de outros pacientes. Danielly reclamou que, quando a vaga é liberada à noite, a unidade do SAMU ou sanitária descoloca com o paciente, e quando chega ao HCN, a equipe informada que precisa aguardar até o dia seguinte. Diante do exposto, ela apresentou sugestões, como: suporte para operar o paciente dentro das primeiras 24 a 48 horas; agendamento da chegada do paciente na unidade de acordo com o horário de chegada do profissional; consideração dos exames realizados no Hospital Municipal; internação do paciente no HCN ou, dentro do serviço de urgência, agendamento com base na avaliação do ortopedista do município. A gerente de Regulação de Internações, Maria Solange, solicitou que casos pontuais fossem relatados formalmente à Superintendência do Complexo Regulador. Em seguida, ela disse que foi informada pela regulação do HCN que o fluxo na urgência funciona da seguinte forma: o paciente chega ao Pronto Socorro e é avaliado pelo médico; se o paciente for classificado como eletiva prioritária, o médico já emite uma AIH e dá alta já com a cirurgia agendada, que é realizada no prazo máximo de oito dias. Considerando o prazo maior relatado por Danielly Portes, Maria Solange disse que solicitaria uma contra - resposta por parte do HCN. Ela acrescentou que, segundo o HCN, se o paciente for avaliado pelo médico e classificado como urgência, esse paciente aguarda a liberação de um leito de internação na unidade e é encaminhado para a realização da cirurgia. Quanto à demora, a gerente explicou que não somente o HCN, mas outras unidades do Estado, estão passando por situações de superlotação, pois além da demanda referenciada, essas unidades também são referência para demanda espontânea. Maria Solange explicou ainda que a vaga liberada vale 24 horas e que, por isso, não é preciso deslocar a ambulância com paciente no meio da noite, expondo a equipe e o paciente a riscos, a não ser que seja um caso de urgência que não dê para esperar. A gerente disse que solicitaria ao HCN uma reavaliação quanto à sugestão de se considerar os exames realizados no Hospital Municipal, porém ressaltou que provavelmente esta é uma questão de conduta médica.

#### **4. DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:**

##### **4.1. Indicação de um gestor para o cargo de vice-presidente regional do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás (COSEMS-GO), em substituição a Vanderleia Gonçalves Santana, que deixou de ocupar o cargo de Secretária Municipal de Saúde de Padre Bernardo.**

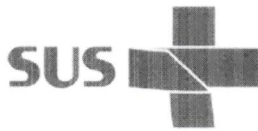
O apoiador do COSEMS, Reginaldo Martins, disse que o cargo é uma representação do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde na Região e explicou as competências do vice-presidente regional do COSEMS. O secretário de saúde de Padre Bernardo, Vilmar de Jesus, prontificou-se a assumir o cargo. Os demais gestores concordaram.

#### **5. RESOLUÇÕES AD REFERENDUM PARA SEREM REFERENDADAS:**

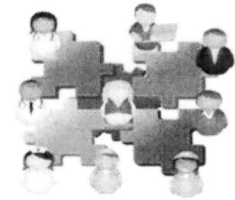
#### **6. INFORMES:**

##### **6.1. Atualização dos equipamentos das unidades de saúde municipais no CNES.**

O coordenador regional de Regulação, Wilson Portilho, disse que a atualização dos equipamentos das unidades municipais foi uma solicitação do Ministério da Saúde, devido à desatualização destes no CNES: equipamentos antigos que não foram desligados e novos que não foram cadastrados. Ele explicou que isso tem dificultado a verificação dos serviços oferecidos nas unidades e solicitou que todos os municípios atualizassem seus equipamentos no CNES. Ivone Tristão ressaltou que a não atualização pode dificultar a solicitação ou recebimento de incentivo para incremento da estrutura hospitalar, visto que o Ministério da Saúde pode entender, através do sistema, que o município possui os todos os equipamentos em condições de uso.



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



## COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

### 6.2. Programa Planifica Goiás: devolutiva sobre a 1ª e a 2ª oficina realizada.

A subcoordenadora regional de Atenção à Saúde, Andréia Matias, apresentou o cenário da Planificação na Região, processo que conta com um consultor da Beneficência Portuguesa na Macrorregião, uma tutora estadual (SES) e o apoio das coordenações regionais de Educação Permanente e Atenção à Saúde. Andréia disse que a 1ª Oficina da Planificação, realizada em outubro, contou com a participação de secretários de saúde, coordenadores, consultores municipais e tutores das unidades de saúde, tendo como objetivo a apresentação do projeto e a busca de apoio. Já a 2ª Oficina, segundo a subcoordenadora, teve como tema a Territorialização, com agendas em Itaguaru e Goianésia. Andréia explicou que os consultores municipais e os tutores de cada unidade participam das oficinas para que cada tutor coloque o que foi aprendido em prática em suas respectivas unidades. Ela ressaltou a importância do apoio dos gestores para que os tutores municipais consigam participar das oficinas e implantar os processos apresentados. Informou ainda que no próximo encontro os técnicos deverão apresentar o mapa epidemiológico e destacou que a reorganização dos processos na Atenção Primária reduz até 80% os encaminhamentos para Secundária e Terciária.

### 6.3. Instruções para abertura de processo para medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica na Central de Medicamentos de Alto Custo – CEMAC Juarez Barbosa.

A subcoordenadora regional de Atenção à Saúde, Andréia Matias, apresentou as novas instruções para abertura de processo para medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica na CEMAC Juarez Barbosa e informou que essas orientações teriam validade a partir de 05 de dezembro. Ela explicou que primeiramente o paciente deve identificar com seu médico o nome da doença e o CID-10 e consultar, no site da CEMAC, se o medicamento prescrito está disponível para a doença diagnosticada, conforme a Classificação Internacional de Doenças. Em seguida, Andréia disse que o paciente deve consultar no site da CEMAC a lista de documentos e exames necessários para solicitação de abertura do processo. Informou também que todos os documentos devem ser digitalizados para inserção dos documentos na plataforma. Ela explicou ainda que, para realizar a validação dos documentos enviados na solicitação de abertura de processo, é necessária a autenticação pelo Portal Gov.br, e disse que as instruções valem para a unidade da CEMAC Goiânia e da Policlínica Goianésia.

### 6.4. Resolução - CIB nº 239, sobre a composição do Comitê de discussão da RAS.

A coordenadora da Regional, Ivone Tristão, disse que a resolução CIB que estabelece a composição do Comitê Gestor Macrorregional havia sido encaminhada aos gestores e informou que a reunião do comitê havia sido remarcada para 18/11. Ela destacou a importância de os gestores e técnicos indicados participarem da reunião, visto que a discussão determinará o funcionamento da Rede de Assistência à Saúde da Macrorregião Centro Norte. Ivone reforçou quais são os componentes do Comitê e disse que o regimento seria apresentado na reunião do dia 18. Ela solicitou ainda aos gestores que se organizassem em relação às indicações para a composição do Comitê.

### 6.5. Informe COSEMS

O apoiador do COSEMS, Reginaldo Martins, disse que o Conselho Regional de Farmácia (CRF) está realizando fiscalizações nos municípios e tem questionado as gestões que têm farmacêuticos por credenciamento que são responsáveis técnicos. Segundo Reginaldo, o CRF não está aceitando essas situações e um dos municípios que relataram esta questão informou que o CRF solicitou uma declaração de vínculo do farmacêutico. O apoiador disse ainda que o COSEMS pautará o assunto na reunião do Grupo de Trabalho (GT) e solicitou, aos municípios da Região, que o informassem caso houvesse questionamentos do CRF quanto a responsáveis técnicos credenciados.

### 7. ENCERRAMENTO

Após agradecimentos do apoiador do COSEMS, Reginaldo Martins, da vice-coordenadora da CIR, Ivone Tristão, a reunião foi encerrada pela anfitriã, a secretária de saúde de Barro Alto, Adriana Alves.

### A REUNIÃO FOI REALIZADA PRESENCIALMENTE E POR VIDEOCONFERÊNCIA

Enf. Ivone Tristão da Silva  
Coord. Regional de Unidade  
de Saúde

Regional São Patrício II Goianésia

Ivone Tristão da Silva

Vice-coordenadora da CIR SP II

Coordenadora da Regional de Saúde São Patrício II